

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL DE LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO

EDITAL de ÚNICO LEILÃO do bem abaixo descrito, bem como para a INTIMAÇÃO de **LARISSA CUNHA LEITE DA SILVA**, expedido nos autos nº 0010135-20.2019.8.26.0127 do Cumprimento de Sentença movido por **FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF**.

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA LEILA FRANÇA CARVALHO MUSSA, Meritíssima Juíza de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Carapicuíba - SP, na forma da Lei...

Faz saber a todos quantos o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento que será(ão) levado(s) a **ÚNICO LEILÃO**, com início no dia **03 de março de 2022, às 14h20min** e término no dia **28 de março de 2022, às 14h20min**, o bem abaixo descrito, entregando-o(s) a quem maior lance der, ocasião em que serão aceitos lances a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação, devidamente atualizada até o mês da data designada para o Leilão, não sendo admitido lance vil, nos termos do art. 891, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no sistema de alienação judicial eletrônica, no portal de leilões www.leilaooficialonline.com.br, regulamentado pela Resolução 236/2016 do Conselho Nacional de Justiça, Normas de serviços da Corregedoria de Justiça do TJ/SP e demais disposições legais em vigor. O Leilão será presidido pelo **Leiloeiro Público Oficial, Sr. CLÉCIO OLIVEIRA DE CARVALHO**, inscrito na JUCESP sob nº 889, que levará a público pregão de venda e arrematação do bem que assim se descreve e caracteriza: "Uma motocicleta marca HONDA/PCX 150, de cor cinza, ano 2017, modelo 2017, de placas FXT-6947, RENAVAM 01125324977". O veículo não foi apreendido e encontra-se na posse da executada à Rua Antônio Severiano de Andrade e Silva, nº 627, Aviação, Praia Grande - SP. **AVALIAÇÃO TOTAL DO BEM:** R\$ 12.397,00 (doze mil, trezentos e noventa e sete reais) em outubro de 2021 que será atualizada proporcionalmente pela TABELA PRÁTICA DE ATUALIZAÇÃO DE DÉBITOS JUDICIAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO até a data da alienação. DO CADASTRAMENTO: O cadastramento deverá ser feito pelo interessado diretamente no sítio eletrônico www.leilaooficialonline.com.br. Uma vez cadastrado no sistema, presume-se conhecimento do presente edital. A arrematação será consolidada em nome daquele que efetivar o cadastro. DA COMISSÃO DO LEILOEIRO: A comissão devida ao Leiloeiro é de 5% (cinco por cento) do valor da arrematação e será paga à vista no prazo improrrogável de 24h (vinte e quatro horas) acrescida das despesas. DA ARREMATAÇÃO PELO EXEQUENTE: Se o exequente assim desejar, poderá arrematar os bens levado à hasta pública por conta e em razão de seu crédito, nos termos do art. 892 do CPC. Neste caso, a comissão do leiloeiro fica arbitrada em 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, que deverá ser paga à vista pelo exequente arrematante. DÉBITOS FISCAIS/MULTAS: Eventuais débitos e multas desta

natureza serão sub-rogados no preço da arrematação nos termos do art. 130 do Código Tributário Nacional, e reservados os recursos, nos autos, em favor do(s) credor(es) cabendo ao arrematante a apresentação de extratos de débitos nos autos. RECURSOS: Não consta, dos autos, a existência de Recursos pendentes de julgamento. DA APREENSÃO DO BEM: Estando o bem em poder do executado, o exequente promoverá a remoção e o manterá em seu poder até o encerramento do leilão na forma do artigo 839 do CPC. Nos casos de veículos, o documento de circulação também será apreendido e entregue ao arrematante no prazo de até cinco dias úteis após homologada a arrematação e comprovados os pagamentos, sob pena do desfazimento da arrematação. A critério do exequente, a remoção, guarda e conservação, poderão ser feitas pelo Leiloeiro Oficial, nos termos dos artigos 5º e 8º da Resolução nº 236 do CNJ. DA TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE: O juízo da execução determinará expedição ordem de transferência após a entrega do bem ao arrematante que deverá diligenciar perante a autoridade competente às suas expensas e comprovar nos autos no prazo de 10 dias úteis. DA DESISTÊNCIA: Na hipótese de o bem estar em poder do executado e, não sendo possível a vistoria prévia por parte do arrematante, a este fica assegurado o direito de desistência caso verifique deterioração ou ausência do bem quando da entrega prevista no artigo 897 §1º do CPC, ficando também assegurada a desistência nos casos de impossibilidade de transmissão da propriedade por fato alheio à vontade do arrematante. CREDOR FIDUCIÁRIO: Na hipótese de haver credor fiduciário, será reservado o produto da arrematação, preferencialmente, para quitação do contrato de alienação e o saldo em favor do arrematante ocasião em que será emitida ordem de baixa do gravame independente de levantamento. DO PAGAMENTO: O pagamento da arrematação será realizado por meio de Guia de Depósito Judicial, vinculado ao processo e respectivo Juízo, no prazo improrrogável de 24h (vinte e quatro horas), devendo desconsiderar-se a data de vencimento constante na referida Guia. O arrematante deverá apresentar os comprovantes de pagamento em original ao Leiloeiro, que lavrará, de plano, o Auto de Arrematação. O produto da arrematação somente será levantado após efetivada a transferência de propriedade e entrega do bem ao arrematante nos termos do artigo 248 das Normas de Serviços da Corregedoria Geral de Justiça do TJ/SP. Na eventualidade do não pagamento do lance, ou desistência injustificada ou a qualquer tempo, fica estabelecida a perda da caução de 20% (vinte por cento) em favor do exequente, e o pagamento da comissão do Leiloeiro no valor de 5% (cinco por cento) onde será expedida certidão de título executivo em desfavor do arrematante remisso. DAS DESPESAS: O bem será vendido *ad corpus* e no estado em que se encontra. Será ônus do interessado a constatação de sua condição e localização, de modo que as imagens disponibilizadas no sítio eletrônico possuem caráter meramente ilustrativo, não gerando direito à indenização ou reparação de qualquer natureza. Correrão por conta do arrematante as despesas do Leilão e os custos relativos à desmontagem, desocupação, transmissão de propriedade, baixas das penhoras e quaisquer outros custos e impostos provenientes de sua aquisição. COMPOSIÇÃO/DEPÓSITO: Se as partes, ou qualquer interessado, após a designação do leilão, compuserem-se, realizarem o depósito do valor do débito, total ou parcialmente, ou, ainda, adquirirem os direitos, etc., será devido, por quem causou o acordo ou depósito, o ressarcimento das despesas de Leilão, a serem pagas ao Leiloeiro Oficial, fixando-se o valor

mínimo de R\$ 1.600,00 (hum mil e seiscentos reais) cujo pagamento dar-se-á juntamente com o acordo ou remissão, zelando o autor pelo leal cumprimento do referido pagamento, sob pena de ser-lhe imputada a responsabilidade. Na hipótese de acordo ou remissão após o término do Leilão, aplicar-se-á o previsto no art. 7º, § 3º, da Resolução 236/2016 do Conselho Nacional de Justiça. INFORMAÇÕES: Mais esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone (11) 3105-2268, ou através do e-mail juridico@leilaooficialonline.com.br. Será, o presente Edital de Leilão publicado no sítio eletrônico supra e/ou na plataforma www.diariooficialeetronico.com.br, na forma da Lei. Carapicuíba, 26 de janeiro de 2022. Eu _____ escritã(o) subscrevo.

LEILA FRANÇA CARVALHO MUSSA
Juíza de Direito